



Segundo o presidente do Senado, a instituição vive um momento de maturidade democrática

## Com balanço positivo das atividades, Sarney encerra os trabalhos de 2011

O presidente do Senado destacou entre os projetos aprovados este ano a regulamentação da Emenda 29, a criação de programa para o ensino técnico, a prorrogação da DRU e o novo Código Florestal.

Sarney considerou 2011 um ano histórico quanto à transparência, elogiou o trabalho das comissões e a participação popular e citou medidas que buscaram modernizar a administração da Casa. **4 a 6**

## Sai o edital do concurso do Senado

O *Diário Oficial da União* deve trazer em sua edição de hoje edital do Senado Federal de concurso público organizado

pela Fundação Getúlio Vargas para o preenchimento de 246 vagas. As provas serão realizadas em 11 de março. **2**

**CCJ ajudou o Brasil a avançar, avalia Eunício Oliveira **4****

**Benedito de Lira: atenção da CDR focou Norte e Nordeste **7****

**Avança projeto que põe na internet preços de postos de gasolina **7****

**Comissão recomenda empenho maior do governo na Rio+20 **8****

## Assine a newsletter do Jornal do Senado

Basta se cadastrar no portal de notícias do Senado para receber, no seu e-mail, a informação mais completa sobre o trabalho dos senadores.

www.senado.gov.br/jornal



# Orçamento é aprovado com acordo, mas sem reajustes

O Congresso aprovou ontem, às 23h48, o relatório final do Orçamento da União para 2012, após o governo se comprometer a negociar no ano que vem reajustes a aposentados e servidores do Judiciário



Paim (E), líder do governo, e Vital do Rêgo (C), da CMO, momentos antes do anúncio de acordo



Paulo Paim (C) fez apelo e Paulinho da Força (E) anuncia concordância com proposta governista

Após um dia de intensas negociações, o Congresso Nacional aprovou ontem, a 12 minutos do prazo final (0h de hoje), o Orçamento da União para 2012, no valor total de R\$ 1,6 trilhão —

descontado o valor para refinarçar a dívida pública. O texto, que vai à sanção, prevê salário mínimo de R\$ 622,73 e R\$ 42,7 bilhões para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). **3**

## Congresso retoma atividades em fevereiro

O Congresso Nacional entra em recesso parlamentar hoje e retoma as atividades em 2 de fevereiro de 2012. Nessa mesma

data, volta a circular o *Jornal do Senado*. Até lá, o leitor poderá acompanhar o noticiário em [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal).

Seleção a ser organizada pela Fundação Getúlio Vargas deverá preencher 246 cargos para suprir a necessidade de reposição de parte dos servidores que se aposentaram nos últimos dois anos

## Concurso do Senado: provas devem ocorrer em 11 de março

O DIÁRIO OFICIAL da União deve trazer hoje o edital do concurso público para o Senado. As provas estão marcadas para 11 de março e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) será a organizadora.

A previsão é de preenchimento de 246 vagas inicialmente, sendo 104 para técnico legislativo (nível médio), 133 para analista legislativo (nível superior) e nove para consultor legislativo (nível superior).

O Senado decidiu pela contratação direta da FGV, que não cobrará pelos serviços, arrecadando apenas as taxas de inscrição. A fundação tem experiência em processos seletivos nacionais e organizou o último concurso do Senado, em 2008. Também foi a responsável pelos estudos para a reforma administrativa da

Casa. O concurso suprirá a necessidade de reposição de servidores diante do grande número de aposentadorias desde 2008. Só neste ano, 360 servidores da Casa se aposentaram.

A seleção terá validade de um ano, contado a partir da homologação do resultado final, podendo ser prorrogada por igual período. As provas da primeira etapa serão realizadas nas capitais dos estados e no Distrito Federal.

Serão aplicadas provas discursivas para todos os cargos e prova de títulos para consultor legislativo. Para os candidatos ao cargo de técnico na especialidade de policial legislativo será exigida, ainda, aptidão física e psicológica, além de investigação social e documental e aprovação em curso de formação específico.

## Expectativa é de 80 mil inscritos e podem surgir novas vagas

A expectativa é de que cerca de 80 mil interessados se inscrevam no concurso do Senado. Quase o dobro da última seleção, que ocorreu em 2008 e contou com 42.970 inscritos. À época, os dois cargos mais procurados foram policial legislativo (1.196,5 candidatos por vaga) e técnico legislativo/administração (1.043,7 por vaga).

Para todos os cargos foram cobradas as disciplinas de

língua portuguesa, conhecimentos gerais e específicos, e, para áreas específicas, inglês, espanhol e informática.

A previsão era de 150 vagas, mas 511 foram chamados. O presidente do Senado, José Sarney, disse que 531 servidores se aposentaram desde 2010 e mais 690 devem fazer o mesmo até 2015, totalizando 1.221 aposentadorias (veja no Blog do Senado: [www.senado.gov.br/blog](http://www.senado.gov.br/blog)).



**D**iretores de todos os setores do Senado cumprimentaram o presidente José Sarney pela condução dos trabalhos deste ano. Ao agradecer o gesto, Sarney afirmou que o Senado conta com um dos quadros mais qualificados da administração pública. — Caminhamos para nos tornar repartição pública exemplar. Estamos

aprimorando nossas funções de transparência e fiscalização — disse. Em nome dos servidores, a diretora-geral, Doris Peixoto, destacou que, sob a gestão de José Sarney, a Casa tem buscado modernizar-se administrativamente. — Nós temos orgulho de fazer parte de um Senado forte e mais moderno — assinalou.



Ao lado de Walter Pinheiro (E), José Pimentel (2º à esq.) e Valdir Raupp (C), deputada Rose de Freitas preside sessão

## Congresso aprova créditos adicionais

Agricultura, energia e saúde serão beneficiadas pelos créditos suplementares ou especiais aprovados ontem pelo Congresso. São três projetos de lei do Congresso Nacional (PLNs) referentes ao Orçamento da União de 2011.

O PLN 12/11 beneficia o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com crédito suplementar de R\$ 2,3 milhões. O objetivo é saldar dívidas (do período de 1997 a 2010) referentes à taxa de supervisão para implantação do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira

para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecir II e III).

O PLN 53/11 beneficia a Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul (RS Energia) e empresas do Grupo Petrobras com crédito especial de R\$ 5,7 bilhões. Os recursos permitirão investimentos como a implantação de novas linhas de transmissão, ampliação da capacidade de subestações, modernização de termelétricas no Ceará e no Rio de Janeiro, além de investimentos em refinarias, petroquímicas e gás natural.

O PLN 34/11 abre crédito

suplementar em favor do Ministério da Saúde no valor de R\$ 446 milhões para, entre outras programações, adequar os estabelecimentos de saúde das regiões Norte e Nordeste para a realização de transplantes de órgãos. Permitirá, também, a estruturação da Associação Norte Paranaense de Combate ao Câncer de Arapongas (PR), de unidades de atenção especializada em municípios do Espírito Santo e de São Paulo e de atenção básica em Goiás e no município de Três Corações (MG).

## Paim diz que aposentados terão um Natal triste

Paulo Paim (PT-RS) protestou contra o fato de o Orçamento de 2012 não prever reajuste acima da inflação para aposentadorias e pensões acima de um salário mínimo.

O senador disse que o Natal dos aposentados será triste e falou que falta sensibilidade ao governo nessa questão.

A oposição quer reajuste de 11,7% mais aumento real. O relatório final do deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) garante apenas reposição inflacionária de 6,3%. Esse reajuste, disse Paim, totalizaria R\$ 5 bilhões e, como o superávit do Regime Geral da Previdência Social está em torno de R\$ 16 bilhões, deixaria ainda superávit de R\$ 11 bilhões, só na área específica do regime geral.



Pedro Fomigar/Senado Federal

## Walter Pinheiro faz apelo por entendimento

Em busca de acordo que permitisse a votação da proposta de lei orçamentária, Walter Pinheiro (PT-BA) pediu entendimento sobre o reajuste de aposentados e pensionistas. Parlamentares que defendiam o aumento de pelo menos 10% — e não os 6% previstos pelo governo — ameaçavam obstruir a votação, o que comprometeria a aprovação do Orçamento de 2012.

Segundo Pinheiro, não interessava nem ao governo nem à sua base adiar a votação para fevereiro, pela importância de ter uma lei orçamentária contra a crise. Ele explicou que o governo perderia dois ou três meses até que as verbas pudessem ser usadas. Como 2012 é ano eleitoral, a partir de 30 de junho a execução de obras não será mais possível.

— É um prejuízo para o desenvolvimento regional — argumentou.

## Rolleberg: DF é campeão de desigualdade social

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) lamentou resultado de pesquisa que apontou a região metropolitana de Brasília como a com maior concentração de renda do Brasil.

Segundo o senador, a pesquisa do Ibrase, da Confeccon e da Codeplan nas 12 grandes áreas metropolitanas revela que 95,87% do produto interno bruto (PIB) metropolitano está concentrado no Distrito Federal e apenas 4,13%, nas cidades do Entorno.

— A região do DF tem o terceiro maior PIB do Brasil, depois das de São Paulo e Rio de Janeiro — disse Rolleberg, que sugeriu a destinação de percentual progressivo dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) a investimentos no Entorno.



Ana Volpe/Senado Federal

## Randolfe apoia aposentados e repudia medidas recessivas

Em apoio ao reajuste para aposentados e pensionistas, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse que um orçamento deve ser “peça de construção de justiça” e protestou contra a possibilidade de o Brasil adotar medidas recessivas como as que têm sido tomadas na Europa.

O senador também lamentou a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio de Mello de conceder liminar que reduz os poderes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Randolfe considerou a medida um retrocesso no combate à corrupção. No mesmo sentido, declarou que o voto secreto no Legislativo constitui “sustentáculo de manutenção da impunidade parlamentar”.



Ana Volpe/Senado Federal

Às 23h48, a 12 minutos do prazo final, Congresso aprova proposta orçamentária graças a acordo para criação de política de valorização de aposentadorias em 2012



Orçamento é votado depois que Paulinho da Força (atrás de Vital do Rêgo, presidente da CMO, ao microfone, à esq.) retirou obstrução. Ele e Paim (à dir., ao microfone) queriam acordo sobre aposentados

# Orçamento de 2012 é aprovado pelo Congresso

A 12 MINUTOS do prazo final, o Plenário do Congresso Nacional aprovou na noite de ontem, com alterações, o Orçamento da União de 2012, que soma R\$ 1,602 trilhão, já descontados R\$ 655 bilhões destinados ao refinanciamento da dívida pública.

A aprovação do substitutivo do deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) foi possível graças a acordo entre lideranças que prevê política de valorização e ganho real para aposentadorias e pensões, a ser elaborada por representantes do setor e o governo.

As modificações contidas no substitutivo, graças a dois adendos aprovados antes na Comissão Mista de Orçamento (CMO), concentram-se no artigo 4 da proposta orçamentária, que autoriza abertura de créditos suplementares do governo por meio de decreto, favorecendo o remanejamento de parte dos recursos.

Em cada subtítulo (obra), o governo poderá remanejar até o limite de 10%. Nos grupos de outras despesas correntes e investimentos, o remanejamento estará limitado a 30%. O projeto aprovado também manteve a possibilidade de o governo remanejar até 30% do montante das dotações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que contará com R\$ 42,7 bilhões.

Na CMO, foram rejeitados dois destaques apresentados pelo deputado Efraim Filho (DEM-PB) visando à concessão de aumento salarial a servidores públicos do Judiciário, Ministério Público da União (MPU) e aposentados. Esses destaques receberam o apoio de apenas quatro deputados.

### Participação popular

Emenda do relator-geral ao projeto propõe a implementação de políticas públicas prioritárias de apoio aos

pequenos municípios, por meio de emenda de iniciativa popular, que beneficiarão 4.956 cidades de até 50 mil habitantes. Os municípios escolherão ações de saúde a serem beneficiadas com adicional que varia de R\$ 300 mil a R\$ 600 mil, de acordo com a sua faixa populacional.

O projeto também prevê revisão dos benefícios previdenciários e assistenciais e seguro-desemprego; concessão de benefícios à população idosa; apoio ao pequeno e médio produtor rural e ao desenvolvimento da agricultura ecologicamente sustentável; e garantia e sustentação de preços de produtos agropecuários. Prevê ainda ações para superação da extrema pobreza, por meio do Programa Brasil sem Miséria, além de iniciativas que garantam o cumprimento da missão constitucional e das diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa.

## Relator lamenta falta de reajuste para servidores e aposentados

Na CMO, a aprovação do Orçamento 2012 ocorreu após mais de sete horas de reunião e sob intensos protestos de servidores do Judiciário e do Ministério Público da União.

Apesar da insistência da oposição e dos apelos dos servidores, não foram incluídos no parecer os reajustes para as categorias. Também ficaram de fora os aposentados e pensionistas do INSS que ganham acima do salário mínimo. De acordo com Chinaglia, “não foi possível chegar a um acordo que viabilizasse o atendimento das emendas apresentadas”.

— Sou o primeiro a reconhecer injustiça contra o funcionalismo público, até porque também sou servidor, mas é

irreal achar que um deputado sozinho pode resolver todos os problemas — disse.

A proposta contemplou algumas carreiras do Executivo com modificações e aumento da remuneração, o que representará gastos de mais R\$ 1,65 bilhão para o ano que vem. No total, o Orçamento propõe aumento de R\$ 3,77 bilhões nos gastos com pessoal em 2012. As despesas com pessoal e encargos sociais totalizam R\$ 203,24 bilhões.

Nas negociações, o governo concordou em elevar os recursos para compensar perdas dos estados com a Lei Kandir de R\$ 3,4 bilhões para R\$ 3,9 bilhões, atendendo ao pleito do PSDB e do DEM.

## Gráfica arrecada quatro toneladas de alimentos em doações

A campanha Natal Solidário 2011, organizada pelos servidores da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep), a Gráfica do Senado, arrecadou mais de quatro toneladas de alimentos não perecíveis entre 22 de novembro e 16 de dezembro. Também foram doadas duas cadeiras de rodas.

As doações foram divididas entre sete entidades beneficentes indicadas pelos próprios servidores, que realizam a campanha anualmente desde 1993.

Cinco instituições receberam as doações ontem, e as outras duas já haviam recebido na quarta-feira.

## Orçamento 2012

### Os grandes números que orientarão o governo federal



### Distribuição do Orçamento por setores



### Principais programas do Orçamento 2012



# Sarney apresenta balanço de atividades do Senado e encerra os trabalhos de 2011

Aprovação de projetos como o Código Florestal, a regulamentação da Emenda 29 e a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico demonstrou a maturidade democrática do Senado, que obteve avanços com harmonia, diálogo e respeito, na avaliação do presidente da Casa



Presidente do Senado acredita que em 2012 será preciso facilitar acesso às informações oficiais

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, disse que a instituição vive um momento de maturidade democrática. A avaliação foi feita ontem, quando Sarney apresentou um balanço das atividades em 2011.

— O âmago da democracia está na harmonia, no diálogo e no respeito — disse. Sarney afirmou que em 2011 o Senado se defrontou com grandes desafios. Ele agradeceu os senadores que colaboraram com os trabalhos e elogiou o clima de harmonia entre os parlamentares.

O presidente do Senado sublinhou alguns projetos aprovados, destacando a regulamentação da Emenda 29 (PLS 121/07), que determina percentuais mínimos a serem investidos na saúde, e o projeto que criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, Pronatec (PL 1.209/11). Sarney elogiou a agilidade na busca do consenso pela aprovação da Proposta de Emenda a

Constituição (PEC) 114/11, que prorroga a Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 31 de dezembro de 2015. Sobre o novo Código Florestal (PLC 30/11), ressaltou a capacidade de diálogo.

— O Senado buscou o equilíbrio entre a produção e o meio ambiente, conciliando o presente com as necessidades das futuras gerações — afirmou.

Para Sarney, o ano de 2011 foi histórico quanto à transparência. Ele destacou a criação da Comissão da Verdade (PLC

88/11) e a lei que regulamenta o acesso a documentos sigilosos (PLC 41/10).

— Já no primeiro semestre de 2012, o Senado vai adotar os princípios da nova legislação com um portal específico da transparência — assegurou Sarney.

Para ele, é preciso ampliar os canais de atendimento e facilitar o acesso às informações oficiais. Nesse aspecto, elogiou o Programa Jovem Senador, que permite a estudantes selecionados atuar como senadores, apresentando e aprovando projetos.

## Audiências e interação com cidadão motivam revista



O Alô Senado, canal de comunicação da Casa com o cidadão, teve 1 milhão de acessos em 2011

Em sua avaliação dos trabalhos do Senado em 2011, José Sarney elogiou o trabalho das comissões e a participação popular registrada na Casa em vários momentos ao longo do ano.

O presidente do Senado disse que as comissões realizaram 430 audiências públicas, com a presença de representantes dos mais variados setores da sociedade e com ampla participação popular.

Ele elogiou a interação do Senado com o cidadão e lembrou que a presença popular motivou a criação da revista *Em discussão*, elaborada pelo **Jornal do Senado**, que destaca a participação da sociedade civil nas audiências públicas.

Segundo Sarney, foram registrados 100 milhões de acessos ao site da Agência Senado e 1 milhão de acessos ao serviço Alô Senado. Esses números, salientou o presidente da Casa, mostram a importância de aproximar o cidadão do Poder Legislativo.

Sarney também lembrou as manifestações populares que ocorrem tanto nas dependências do Senado como na Esplanada, em frente ao Congresso.

— O povo tem direito de apresentar suas reivindicações, manifestar suas opiniões e questionar o poder público. O Parlamento é o coração do sistema democrático — concluiu.

## Em 2012, tablets devem economizar papel

Várias medidas de gestão, segundo José Sarney, colaboraram com a modernização da administração do Senado em 2011. O presidente da Casa afirma que essas medidas “denotam a busca pela excelência organizacional e pela melhoria contínua”. Sarney destacou a implantação de política de capacitação de servidores, com cursos de aperfeiçoamento, e a implantação do Portal do Gestor, que trata de recursos humanos, processos e demandas

próprias da administração pública. De acordo com ele, houve racionalização da jornada de trabalho, com a consequente redução dos registros de horas extras, que permitiram economia de R\$ 32 milhões em relação a 2010. Sarney apontou melhorias no processo legislativo e elogiou as ações de modernização da Secretaria-Geral da Mesa, como a implantação das consolidações temáticas na internet e a disponibilização

de resultados de sessões *on-line*. Medidas como a substituição de papel por documentos eletrônicos, na avaliação de Sarney, “evidenciam que o Senado é uma Casa que procura se modernizar”. Para 2012, ele disse que o Senado vai buscar a modernização das comissões, com adoção de *tablets* contendo todos os documentos que compõem a pauta e página na internet exclusiva para os resultados das sessões.

## Secretaria-Geral da Mesa modernizou o trabalho, com divulgação de informações na internet

Em 2011, a Secretaria-Geral da Mesa (SGM) implantou ações modernizadoras que agilizam o processo legislativo. As pautas das comissões e os resultados das reuniões passaram a ser oferecidas pela internet. Por meio das notas taquigráficas,

os eventos em andamento no Plenário e nas comissões puderam ser acompanhados em tempo real. Na internet também foi criada a página Consolidações Temáticas, que disponibiliza em endereço único informações do

Senado e do Congresso, como a relação das indicações de autoridades aprovadas e quadros comparativos de leis de diretrizes orçamentárias e leis orçamentárias anuais. A SGM também implantou o LexEdit, editor de emendas a projetos.

## Temas importantes e polêmicos marcaram 200 sessões plenárias

Uma agenda repleta de temas importantes e polêmicos ocupou as 200 sessões plenárias do Senado em 2011. O mais recente deles foi o texto do novo Código Florestal (PLC 30/11), aprovado no início de novembro e enviado ao reexame da Câmara dos Deputados.

Outra decisão de impacto resultou na criação da Comissão da Verdade. No final de outubro, com a aprovação do PLC 88/11, os senadores criaram colegiado para esclarecer as violações de direitos humanos praticadas no período de 1946 até a promulgação da Constituição de 1988. O objetivo é “garantir o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”.

As questões de saúde também tiveram tratamento prioritário. Uma das matérias de maior destaque foi a regulamentação da Emenda 29, que determina percentuais mínimos que estados, municípios

e União devem investir em ações de saúde. De acordo com o projeto de lei do Senado (PLS 121/07) aprovado com modificações, a União destinará à saúde o valor aplicado no ano anterior acrescido da variação nominal do produto interno bruto (PIB) dos dois anos anteriores a que se referir a lei orçamentária.

O projeto (PLS 448/11) que determinou nova distribuição dos royalties do petróleo esteve entre os mais polêmicos de 2011, colocando estados produtores e não produtores em campos opostos.

Uma das matérias mais esperadas pelas micro e pequenas empresas (PLC 100/06) ampliou a possibilidade de inclusão no Simples Nacional, o regime especial de arrecadação de tributos e contribuições. As mudanças aprovadas no início de novembro, além de aliviar a carga tributária dessas empresas, promovem a formalização de empreendimentos.



Código Florestal foi um dos temas polêmicos e importantes discutidos pelo Senado durante o ano



Bacia de Santos e hospital do DF: royalty do petróleo e investimentos em saúde geraram debates

## Decisões finais tomadas por comissões ampliam direitos sociais

As comissões permanentes do Senado foram responsáveis por decisões que garantiram maior proteção social a vários segmentos da população. Muitas dessas decisões foram tomadas em caráter terminativo e só dependem agora da aprovação dos deputados. Esse é o caso do PLS 85/11, aprovado em abril pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), pelo qual recursos do Fundo Especial de Calamidades Públicas (Funcap) poderão

ser utilizados para custear a recuperação de solo em propriedade de agricultura familiar afetada por desastre climático. O Senado também ampliou o leque de direitos do trabalhador doméstico. Conforme o PLS 115/11, aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em agosto, o empregado doméstico poderá ter direito a seguro-desemprego, mesmo que não seja inscrito no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

O sistema informatizado proporciona mais segurança no processo legislativo.

Com um número cada vez maior de documentos eletrônicos, a secretaria também colaborou com a economia de papel e medidas ecologicamente corretas.

Em 2012, a SGM vai seguir no processo de modernização de suas rotinas. Já a partir de fevereiro, o trabalho das comissões será agilizado, com a adoção de *tablets* com todos os documentos que integram a pauta de cada reunião.

# Divergências sobre relação com o governo

Governistas e opositoristas também ficam em lados diferentes quando se trata do saldo dos trabalhos do Senado em 2011. O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RO), enumera pro-

jetos importantes aprovados, como a lei que dá acesso às informações públicas. Por outro lado, o líder do DEM, Demóstenes Torres (GO), afirma que neste ano só passaram propostas de interesse do governo.

Ricardo Westin

## “Discutimos e aprovamos projetos cruciais”



Romero Jucá

procuraram estar sempre muito próximos da base governista. Ela fez questão de realizar encontros com todos os partidos aliados.

### É possível apontar diferenças entre Dilma e Lula?

O governo Dilma é uma gestão de continuidade dos programas administrativos e sociais do governo Lula. Dilma está dando, é claro, um toque pessoal à sua gestão, acompanhando de perto as questões administrativas.

### A oposição reclama que o governo consegue aprovar todos os seus projetos sem dificuldade.

O governo tem maioria no Senado, mas sempre discutimos os projetos, ouvimos a oposição. O que aconteceu foi que não demos suporte para a oposição fazer embate político-eleitoral em cima de temas externos, que não têm a ver com o Senado.

### O Senado cumpriu o papel de fiscalizar o Executivo?

Plenamente. Convidamos e levamos ministros [sobre os quais recaíam suspeitas de irregularidades] a audiências públicas, sempre que os temas em discussão foram referentes ao trabalho administrativo deles. A base nunca deixou de colaborar. Repito: só não aceitamos que a oposição explorasse esses casos com viés político-eleitoral.

### Como o sr. avalia o ano de 2011 para o Senado?

Foi bastante positivo. Discutimos e aprovamos projetos importantíssimos para o país, como o Código Florestal, a Lei de Acesso à Informação, a Comissão da Verdade, a prorrogação da DRU [Desvinculação de Receitas da União], a regulamentação da Emenda 29, a nova política do salário mínimo... Nós, da base, trabalhamos unidos. E, em muitos projetos, contamos com a oposição. Apesar de ter sido um ano de adaptação para os novos senadores, 2011 foi marcado por debates.

### As eleições municipais de 2012 atrapalharão?

Ano eleitoral é curto. Só se podem empenhar [verbas para] programas e celebrar convênios até 30 de junho. Senadores participarão das eleições, mas poderão votar muita coisa. O Senado não será prejudicado.

## “O trator do Executivo nos atropelou”

### Como o sr. avalia o ano de 2011 para o Senado?

Basicamente só foram aprovados projetos do governo — projetos que ou demonstram irresponsabilidade fiscal em ano de crise ou têm viés ideológico. No



Demóstenes Torres

primeiro grupo, cito o regime diferenciado de contratações públicas para a Copa e as Olimpíadas, que mata o regime de licitações no Brasil. E cito também o aumento dos pagamentos ao Paraguai pela energia da usina de Itaipu, só para ceder à chantagem do presidente [Fernando] Lugo. No segundo grupo, cito o projeto que cria a Comissão da Verdade — apesar de termos abrandado alguns pontos — e o que fixa cotas [de conteúdo nacional] na TV paga e permite à Agência Nacional do Cinema fazer censura prévia. Além disso, a pauta do Plenário ficou truncada tempo demais, por causa das medidas provisórias — foram 27 MPs até agora. É claro que houve projetos bons em 2011, mas, no balanço geral, o ano foi ruim.

### Como foi a relação entre o Senado e a Presidência da República no primeiro ano do governo Dilma?

O Executivo não aceita interlocução. É só na base do trator.

### É possível apontar diferenças entre Dilma e Lula?

O governo anterior negociava com a base. O atual governo nem com sua própria base negocia direito.

### Como a oposição no Senado se saiu em 2011?

Estamos cumprindo bem nosso papel, resistindo ao trator do governo. Recebemos votos para fazer o que estamos fazendo.

### O Senado cumpriu o papel de fiscalizar o Executivo?

O Senado não fiscalizou porque o governo simplesmente não permitiu. Como não temos senadores para 27 assinaturas, não conseguimos investigar o governo. Não foram criadas as CPLs do BNDES, dos Transportes, dos Esportes... Só vieram ao Senado [prestar esclarecimentos] aqueles ministros [acusados de irregularidades] que o governo quis que viessem.

### O próximo ano terá eleições municipais. Isso atrapalhará o Senado?

Muito. O senador que quer se candidatar sai [do cargo] e o senador que não é candidato sai para acudir sua base eleitoral. É quase impossível conciliar uma coisa com outra.

# Projetos aprovados indicam ano produtivo

Os números mostram que 2011 foi um ano produtivo para o Congresso Nacional e, em particular, para o Senado Federal. Porém, mais do que a quantidade, prevaleceu a importância dos temas analisados, o que

pode ser aferido pela imensa polêmica causada por boa parte das proposições aprovadas.

A regulamentação da Emenda 29, que trata dos recursos para a saúde; o projeto de combate ao *bullying*; a criação da

Comissão Nacional da Verdade e a lei de acesso às informações; o novo Código Florestal; o projeto que dá seguro-desemprego aos empregados domésticos; e a redistribuição dos *royalties* do petróleo são alguns bons exemplos. Abaixo, um resumo.

## Propostas de destaque em 2011

### Saúde

Projeto de lei complementar que regulamenta a Emenda 29, referente a valores mínimos a serem aplicados na saúde pela União, estados, Distrito Federal e municípios (PLP 306/07); regulamentação do fornecimento de medicamentos pelo SUS (Lei 12.401/11); projeto de lei sobre diretrizes para a alimentação saudável nas escolas (PLS 225/10); criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (PLC 79/11).

### Educação

Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) — Lei 12.513/11; projeto de lei que obriga a permanência, nas dependências da escola, do aluno da educação básica, no caso de falta de professores (PLC 43/10).

### Direitos humanos

Redução da pena por estudo, visando à ressocialização do condenado (Lei 12.433/11); projeto de lei que obriga o ensino da Libras na educação infantil (PLS 14/07); atendimento universitário aos povos indígenas em universidades públicas e privadas (Lei 12.416/11); mais proteção a testemunhas, acusados e condenados que colaboram com a Justiça (Lei 12.483/11); projeto de lei que obriga a criação de áreas de assentos para pessoas com deficiência e para obesos nas casas de diversões (PLC 184/08); projeto de lei que autoriza ausência ao serviço, sem prejuízo do salário, de empregado responsável por cuidar de pessoa com deficiência ou doença que exija tratamento especial (PLS 369/09); projeto de lei que determina a inclusão, nas cédulas brasileiras, de elemento que possibilite a sua identificação por deficiente visual (PLS 141/08); agressor afastado da moradia passa a ser obrigado a prestar alimentos à criança ou adolescente (Lei 12.415/11); avós passam a ter direito de visita aos netos em caso de pais separados (Lei 12.398/11); projeto de lei de combate ao *bullying* (PLS 228/10); projeto de lei que dispõe sobre salário-maternidade das mães de prematuros extremos (PLS 241/10); projeto de lei de auxílio ao produtor agrícola familiar vítima de calamidade pública (PLS 85/11); projeto de lei que destina percentual do valor arrecadado pelas loterias para o Programa Nacional de Jovens (PLS 570/09); Programa Senado Jovem — Ato da Comissão Diretora 7/11; idosos passam a ter prioridade na aquisição de unidades residenciais térreas (Lei 12.419/11); 3% das unidades residenciais em programas habitacionais são reservados aos idosos

(Lei 12.418/11); projeto de lei regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional (PLC 134/09).

### Acesso a informações

Comissão Nacional da Verdade (Lei 12.528/11); acesso à informação (Lei 12.527/11).

### Meio ambiente

Novo Código Florestal (PLC 30/11).

### Proteção ao trabalhador

Aviso prévio proporcional de 90 dias (Lei 12.506/11); política de valorização do salário mínimo entre 2012 e 2015 (Lei 12.382/11); proibição de metas de tempo e número de entregas para motoboys (Lei 12.436/11); projeto de lei sobre intervalo de descanso para trabalhadores de transporte público urbano (PLS 43/11); projeto de lei que garante o seguro-desemprego ao empregado doméstico (PLS 115/11); projeto de lei que reduz a contribuição para a Previdência Social a cargo de empregadores e empregados domésticos (PLS 189/11); projeto de lei que proporciona a inclusão previdenciária dos trabalhadores de baixa renda (PLS 253/05); projeto de lei que estimula o emprego da população da faixa etária entre 40 e 55 anos (PLS 461/03); projeto de lei que inibe práticas discriminatórias na admissão ou permanência do idoso no emprego (PLS 314/07).

### Desporto

Cria programas de apoio a atletas olímpicos e paraolímpicos de alto rendimento (Lei 12.395/11).

### Trânsito

Projeto de lei que torna crime a condução de veículo sob a influência de bebida alcoólica ou substância psicoativa (PLS 48/11).

### Economia

Criação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (Lei 12.529/11); inclusão do *tablet* PC no Programa de Inclusão Digital — MP 534/11; criação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, que comprova a ausência de pendências de empresas junto à Justiça do Trabalho (Lei 12.440/11); Lei da Empresa Individual, que fomenta a criação de pequenas e microempresas (Lei 12.441/11); Lei de Registro Público, que assegura o registro de contratos e alterações contratuais de empresas em

que há sócio incapaz (Lei 12.399/11); Cadastro Positivo (Lei 12.414/11); Supersimples (Lei 12.470/11); projeto de lei que amplia o limite de receita bruta total para o ingresso de pessoas jurídicas no regime de lucro presumido para tributação do Imposto de Renda (PLS 319/10); projeto de lei sobre *royalties* da produção de petróleo (PLS 448/11); criação de zonas de processamento de exportação em São Borja (RS), Cristalina (GO) e Sorriso (MT); criação do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributário para as Empresas Exportadoras (Reintegra) — PLV 29/11; Desvinculação das Receitas da União (DRU) — PEC 114/11.

### Acesso à Justiça e Poder Judiciário

Simplificação da formalização da representação judicial perante a Justiça do Trabalho (Lei 12.437/11); criação de Varas do Trabalho e cargos de juízes — diversas leis referentes à organização da Justiça do Trabalho e ao acesso à Justiça; processo penal — várias leis que conferem maior efetividade ao princípio da segurança pública (fiança, prisão preventiva, prisão domiciliar e liberdade provisória).

### Defesa civil

Dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas de socorro, assistência ou recuperação na área de defesa civil (PLC 52/08).

### Acordos internacionais

Aprovação de 60 acordos internacionais.

### Matérias privativas do Senado Federal

Decisão sobre as indicações de 54 embaixadores e de 37 autoridades. Autorizações para a realização de 21 operações de crédito.

### Código de Defesa do Consumidor

Comissão de juristas presidida pelo ministro Antonio Herman Benjamin analisa a matéria.

### Código Eleitoral

Comissão de juristas presidida pelo ministro José Antonio Dias Toffoli analisa a matéria.

### Código de Processo Penal

Reforma do Código de Processo Penal (PLS 156/09).

### Código de Processo Civil

Reforma do Código de Processo Civil (PLS 166/10).

## Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

## Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Waldemir Moka • Paulo Paim • Ana Amélia • José Sarney

## Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

## Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

**Órgão de divulgação do Senado Federal**

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Reportagem:** Cíntia Sasse

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

**Site:** [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF

Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Seep

## Desenvolvimento do Norte e Nordeste foi eixo da CDR

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Benedito de Lira (PP-AL) disse que, este ano, o eixo principal da atuação da CDR foi o desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste, reforçando que a Constituição prevê, entre os objetivos fundamentais da República, a garantia do desenvolvimento regional.

O senador afirmou que turismo e desenvolvimento regional caminham juntos, e destacou que o Brasil sediará a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Ele lembrou que o setor de turismo é sustentável e representa 3,5% do PIB nacional. Afirmou ainda que, de acordo com o Ministério do Turismo, o Brasil recebe em média 5 milhões de turistas estrangeiros por ano, número que deve dobrar até 2016. O volume de recursos arrecadados com o turismo, hoje de R\$ 6 bilhões ao ano, deve chegar a R\$ 10 bilhões em cinco anos.

Entre as ações da CDR, Benedito contabilizou 34 reuniões, sendo 22 deliberativas, nove audiências públicas —



Benedito vê turismo como ferramenta para o desenvolvimento regional

entre elas a que analisou a produção de biocombustível no Nordeste — e três audiências conjuntas, como os debates sobre a situação do tráfego aéreo e sobre a repartição dos royalties do petróleo. A comissão aprovou 114 proposições, entre elas, o PLC 166/10, que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana, já enviado à sanção, e o PLS 78/11, para garantir o direito à moradia da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Benedito ainda agradeceu os senadores pelo trabalho nas subcomissões e a parceria feita com a Comissão de Turismo da Câmara.

## Ana Amélia defende integração maior entre Mercosul e Parlasul

Ao fazer balanço do seu primeiro ano de mandato, Ana Amélia (PP-RS) destacou a necessidade de as decisões tomadas no âmbito do Mercosul terem o respaldo do Parlamento do Mercosul (Parlasul). Segundo ela, essa integração não vem acontecendo, como teria demonstrado a 42ª Reunião de Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, em Montevidéu.

— A reunião dos presidentes dos estados-partes e dos estados associados simplesmente desconsiderou a relevância do

Parlasul em suas decisões — lamentou a senadora.

Em seu balanço, Ana Amélia destacou a aprovação do PLS 40/11, de sua autoria, que autoriza acesso de bancos cooperativos ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para concessão de crédito rural. Também ressaltou o PLC 112/07, que regulamenta as profissões de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, pedicure, depilador e maquiador, e o PLC 27/09, que reconhece a música gospel como manifestação cultural.

# Posto poderá ser obrigado a informar preços na web

Para atender o projeto aprovado ontem pela Comissão de Infraestrutura, a ANP precisaria atualizar em tempo real os preços praticados pelos postos de combustível

A AGÊNCIA NACIONAL do Petróleo (ANP) pode passar a exigir que os postos de combustíveis informem, por meio do site do órgão, o preço atualizado por cada tipo de combustível. A medida é prevista em projeto aprovado ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

No lugar do texto original (PLS 353/11), do senador Ivo Cassol (PP-RO), a comissão optou pelo substitutivo do senador Sérgio Souza (PMDB-PR), que relatou a matéria. O substitutivo flexibiliza a implementação da medida:

## Recondução de diretor da ANTT será debatida

Antes de decidir sobre a recondução de Bernardo Figueiredo ao cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) fará audiência em fevereiro, para ouvir procuradores federais que representaram contra o indicado no Tribunal de Contas da União.

Ele é acusado de omissão no papel de fiscalizador das concessionárias e de contribuir para que essas empresas dilapidem o patrimônio da antiga Rede Ferroviária Federal.

— A dilapidação repete-se em vários estados e em inúmeros trechos ferroviários — acusou Roberto Requião (PMDB-PR), que propôs a audiência.



A ANP já informa os preços em todo o país, mas a partir de pesquisa semanal

será por meio de regulamento, com tempo para a ANP detalhar a operação e conseguir os recursos necessários à medida.

Segundo o relator, a iniciativa representa um “salto de qualidade” no atendimento ao consumidor. No entanto, ele ressaltou que “os custos e desafios” de implementação justificam a flexibilização.

Sérgio Souza enfatiza que a nova sistemática exigirá uma nova sistemática exigirá uma *site* sincronizado em tempo real com os revendedores. A ANP já informa, na sua página, os preços dos combustíveis no país, mas a partir de pesquisa semanal. A matéria segue para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

## Comissão de Infraestrutura ficou mais perto da sociedade, diz Lúcia Vânia

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) se aproximou da sociedade em 2011, na avaliação da sua presidente, Lúcia Vânia (PSDB-GO).

— Fizemos a abertura para a sociedade brasileira, que pôde ser ouvida, de forma democrática e popular, influenciar o processo legislativo e participar de debates políticos.

Entre as 146 matérias apreciadas, está o projeto (PLC 166/2010) que cria a Políti-

ca Nacional de Mobilidade Urbana. A proposta visa à integração entre os meios de transporte e a melhoria do deslocamento de pessoas e cargas. Aprovado pela CI em decisão terminativa, aguarda sanção presidencial.

Em 21 audiências públicas, a comissão discutiu temas como o programa nuclear brasileiro, o trem de alta velocidade, o tráfego aéreo no país e a repartição dos royalties do petróleo.

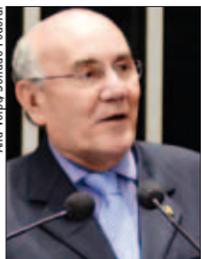


Lúcia Vânia, Vicentinho Alves (E) e integrantes da CI: 146 matérias analisadas

## Flexa Ribeiro quer mais recursos para o Pará

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) avaliou que um de seus principais feitos no ano foi o projeto (PLS 1/11) que altera a base de cálculo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem). A proposta assegura mais recursos para o Pará, ao aumentar a receita dos estados que sediam os projetos de mineração. O senador

destacou ainda ter defendido a compensação, por parte da União, das receitas perdidas pelos estados com a desoneração das exportações prevista na Lei Kandir.



## Gurgacz: responsabilidades aumentaram este ano

As atribuições assumidas em 2011 aumentaram as responsabilidades de Acir Gurgacz (PDT-RO) junto ao seu partido e ao eleitorado. No resumo de sua atuação neste ano, o senador apontou que, além de ter assumido a liderança do PDT, foi relator das receitas do Orçamento e presidiu a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA),

na qual empreendeu longo ciclo de debates. Ele destacou ainda a aprovação do Código Florestal e a viabilização de várias obras e recursos para Rondônia.



## Walter Pinheiro assinala relatorias a que se dedicou

Walter Pinheiro (PT-BA) assinalou, entre as matérias a que se dedicou, a satisfação de ter sido o relator do projeto de lei sobre o setor audiovisual e do que tratou do acesso à informação, que vai permitir a fiscalização do setor público pela sociedade.

O senador também destacou sua atuação nas discussões sobre o Plano Nacional de Banda Larga e sobre a política governamental de interiorização dos cursos superiores. O parlamentar também foi o relator do Plano Plurianual.



## Inácio Arruda pede a Dilma que mantenha rumo do país

Inácio Arruda (PCdoB-CE) usou seu pronunciamento de ontem para pedir à presidente Dilma e à base do governo que mantenham em 2012 o rumo do desenvolvimento para o país. Em sua avaliação, ainda há muito a fazer, mas o governo segue em “marcha batida” para um êxito cada vez maior.

Segundo ele, as vitórias eleitorais de Lula e Dilma fragilizaram as “forças conservadoras”. A seu ver, porém, setores da política usam parte da mídia para criar a sensação de país desgovernado.



Presidente da comissão que analisa alterações no clima, Sérgio Souza entregou ontem a José Sarney parecer do colegiado. Entre as recomendações, maior envolvimento da presidente Dilma com a Rio+20

## Sarney recebe relatório sobre mudanças climáticas

O PRESIDENTE DA Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), Sérgio Souza (PMDB-PR), entregou ontem ao presidente do Senado, José Sarney, o relatório final do colegiado. O documento, que também será entregue ao governo federal, recomenda mais envolvimento da presidente Dilma Rousseff na condução da Rio+20, conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, prevista para junho de 2012. Teme-se que o encontro não mobilize grande número de chefes de Estado, o que poderia diminuir o peso das discussões.

O relatório, elaborado pelo deputado Márcio Macêdo (PT-SE), inclui dois projetos de lei (PLS 195/11 e PLS 212/11) que instituem o Sistema Nacional de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação, Conservação, Manejo Florestal Sustentável, Manutenção e Aumento dos Estoques de Carbono Florestal.

O parlamentar explicou que o Brasil tem alcançado



Souza e Sarney no encontro de ontem: parecer também será levado ao governo

resultados positivos na redução das emissões dos gases do efeito estufa, mas precisa pedir mais comprometimento dos Estados Unidos, Rússia, Japão e Canadá com o tema. Ele também destacou a contribuição da CMMC ao novo Código Florestal (PLC 30/11), aprovado no Senado e em tramitação na Câmara dos Deputados.

O colegiado realizou oito

audiências públicas e três audiências externas em 2011.

Mais tarde, no Plenário, Sérgio Souza fez balanço do mandato em 2011. O senador apresentou dez projetos, nove requerimentos e duas propostas de emenda constitucional este ano. Um dos projetos (PLS 440/11) sugere a criação de empresa de pesquisa dos biomas brasileiros, já aprovado em duas comissões.

## Lídice parabeniza a “Comissão dos Desvalidos”

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) fez 99 reuniões em 2011, 75 delas audiências públicas. Na homenagem que fez ao presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), Lídice da Mata (PSB-BA) chamou-a de “Comissão dos Desvalidos” porque tratou dos assuntos daqueles que precisam do apoio do Estado.

Lídice parabenizou Paim pelo “extraordinário e incansável” trabalho, que incluiu a aprovação, em 22 reuniões deliberativas, de 41 projetos

de lei do Senado e 14 projetos de lei da Câmara. Para ela, o trabalho da comissão, mesmo sendo um trabalho coletivo dos senadores que dela fazem parte, traz a marca de Paim, “dedicação missionária às causas dos trabalhadores brasileiros e dos direitos humanos”.

A senadora resumiu os principais assuntos abordados pela CDH, como os direitos dos quilombolas e dos trabalhadores, além dos debates sobre a violência contra a

mulher, contaminação pelo chumbo na cidade de Santo Amaro (SP), discussão das terras indígenas e a criminalização da homofobia.

— Eu não diria que a CDH é uma comissão que dê voto. Ela não trata do PIB nacional, não define os grandes investimentos. Nós discutimos exatamente aqueles que não recebem os investimentos; aquelas dores, aquelas chagas que ainda estão abertas na sociedade brasileira — resumiu a parlamentar.

## Raupp destaca votações importantes do ano



Valdir Raupp (PMDB-RO) avaliou positivamente a produção legislativa do Senado em 2011. Como exemplos da qualidade das normas legais, ele citou o novo Código Florestal, a política permanente de recuperação do

salário mínimo, a atualização da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física, a Lei do Cadastro Positivo, a certidão negativa de débito trabalhista, o aviso prévio de até 90 dias, a Comissão da Verdade, a prorrogação da DRU e a regulamentação da Emenda 29, entre outras iniciativas.

## Cristovam deseja paz como fazem os índios bolivianos



Sete tipos de paz, como classificam índios bolivianos, foram o desejo de Cristovam Buarque (PDT-DF) para todos em 2012. O primeiro tipo é a paz para frente, “que é onde está o

passado, para onde se olha”, explicou o senador. “É viver sem remorsos”.

A paz para trás é com o futuro, é não temer o que não se conhece. Paz para a direita é com a família, e para a esquerda, com os vizinhos. A paz com Deus e os antepassados é para cima. Para baixo, com a terra por onde se caminha. E a sétima é a paz para dentro, consigo mesmo.

## Moka: assassinato de cacique pode ser “armação”



Waldemir Moka (PMDB-MS) pediu regras claras na demarcação de terras indígenas para evitar situações como a do desaparecimento de cacique guarani-caiua em Mato

Grosso do Sul, que foi dado como morto. Segundo ele, o assassinato “pode ser armação”. Em novembro, acampamento dessa etnia em Ponta-Porã foi atacado e um líder desapareceu, mas um dos indícios de que estaria vivo é um saque do benefício previdenciário. A Polícia Federal já indiciou 11 pessoas pelo ataque, incluindo fazendeiros da região.

## Alvaro questiona critérios de avaliação do Enem



Alvaro Dias (PSDB-PR) informou ao Plenário que muitos estudantes procuraram seu gabinete para manifestar indignação com o resultado do Exame Nacional

do Ensino Médio (Enem). Os alunos questionam os critérios de correção das provas de redação e pedem direito de revisão. O senador citou o caso do estudante Fernando Machado Furtado, ex-aluno da USP, aluno de Odontologia da UFMG e aprovado no atual vestibular da Unicamp, cuja nota de redação foi inferior a um quarto do valor total.

## Debates sobre saúde e trabalho marcaram atuação da CAS em 2011

Regulamentação de profissões, aprimoramento das leis trabalhistas e da área da saúde foram destaques em 2011 na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida por Jayme Campos (DEM-MT). O colegiado realizou 56 reuniões e 17 audiências, com 134 matérias aprovadas.

Entre os projetos aprovados, estão os que regulamentam as profissões de DJ, taxista, especialista em vinhos e comerciário, além de propostas que beneficiam o trabalhador doméstico, atendendo a recomendações da Organização Internacional do Trabalho para o Brasil.

Audiências públicas discutiram assuntos de interesse da sociedade com os ministros da Saúde, Alexandre Padilha; da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho; do Desen-

volvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello. A CAS também fez sabatinas para aprovar nomes de diretores de agências reguladoras.

Problemas na área de saúde foram temas de audiências públicas que discutiram a situação dos pacientes graves ou de alto risco e as dificuldades enfrentadas pelos profissionais que atuam nessa área. Também se discutiu imunização pelo SUS de mulheres de 9 a 40 anos contra o vírus HPV e inclusão de quimioterapias de uso oral na cobertura dos planos de saúde.

Na CAS funcionam quatro subcomissões: das Pessoas com Deficiência; de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde; de Defesa do Emprego e da Previdência Social; e de Política sobre Álcool, Crack e Outros.

## Comissão procurou melhorar as principais condições do ensino

O foco da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) em 2011 foi a melhoria na qualidade da educação pública e privada, com atenção para material didático e condições de saúde, segurança e transporte, por exemplo. A regulamentação de novas profissões também ocupou a CE, que reconheceu o profissional de estética e as profissões de historiador e DJ.

Dois projetos do ex-senador Wilson Matos miram a melhoria do ensino, ao aumentar de 75% para 80% a frequência mínima exigida para aprovação dos alunos da educação básica; e de 800 para 960 horas a carga horária mínima anual para esse nível escolar. No mesmo sentido, outra proposta aprovada atribui aos estabelecimentos de ensino

a promoção de ambiente escolar seguro e a adoção de estratégias contra o *bullying*.

A comissão aprovou um projeto que obriga as escolas de educação básica, no caso de falta de professores, a manter em suas dependências os alunos menores de idade, independentemente do turno de suas matrículas. O texto apresentado pelo relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), determina que os alunos sem professores recebam atividades complementares de ensino durante o tempo livre.

Outro projeto estimula o consumo, nas escolas, de frutas, legumes e verduras e restringe a oferta de lanches com alto teor de gordura, açúcar e sal.

A CE é presidida por Roberto Requião (PMDB-PR).